

SUGAR EXPRESS TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 11.896.499/0001-83
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2012. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)			
Ativos	Nota	2012	2011
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.976	1.119
Contas a receber de clientes	7	-	48
Impostos e contribuições a recuperar	8	405	97
Outras contas a receber	-	-	81
Total do ativo circulante		2.381	1.345
Ativo não circulante			
Imobilizado	-	19	25
Total do ativo não circulante		19	25
Total dos ativos		2.400	1.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 2010					
Integralização de capital	-	-	-	-	50
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(124)	(124)
Em 2011	50	-	-	(124)	(74)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	701	701
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	10	-	(10)	-
Dividendos distribuídos	-	-	142	(142)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(142)	-	(142)
Constituição de reserva de lucro	-	-	425	(425)	-
Em 2012	50	10	425	-	485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma Sociedade Anônima, com sede social na cidade de Ribeirão Preto a Rua Peru, 2.400, sala 01, Distrito Industrial Coronel Quito Junqueira - Ribeirão Preto/SP - CEP 14075-310, estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 05 de abril de 2010 e tem as seguintes atividades preponderantes em seu objetivo social: • Transportadora rodoviária de cargas secas e líquidas de produtos perigosos, em todo o território nacional, mediante caminhões próprios e/ou de terceiros; • Atuação como operadora de transporte multimodal; • Recebimento, entrega, desembarque e movimentação de cargas e de mercadorias em geral; • A participação em outras sociedades.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão relacionadas ao imobilizado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto em casos indicados em contrário. **a. Instrumentos financeiros:** (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a receber de clientes e Outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece seus passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (iii) *Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **b. Imobilizado:** (i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual ponderada estimada para o exercício corrente é de 20% para veículos. O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c. Redução ao valor recuperável (Impairment):** (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/CPC 38 -

"Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". (ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas nas sobras e perdas do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados. **e. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) *Contas a receber de clientes:* O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral: A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa	2012	2011
Aplicações financeiras	129	96
Total	1.847	1.023
	1.976	1.119

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa remunerados substancialmente a 89,36% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato.

7. Contas a receber de clientes

	2012	2011
Clientes no país	-	48
As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.		

8. Impostos a recuperar

	2012	2011
PIS/COFINS	121	21
IRPJ/CSLL	284	76
Total	405	97

9. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como seguem:

	2012	2011
Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.976	1.119
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	-	48
Outras contas a receber	-	81
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Fornecedores	10	-
Outras contas a pagar	174	143
Valor justo: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:		

DIRETORIA

Luís Felipe Schirak - Diretor
Maurício de Sauro - Diretor

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receitas líquidas	12	14.126	4.210
Custo das vendas	13	(12.419)	(4.166)
Lucro bruto		1.707	44
Despesas administrativas	-	(244)	(49)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		1.463	(5)
Receitas financeiras	14	214	33
Despesas financeiras	14	(404)	(152)
Financeiras líquidas		(190)	(119)
Resultado antes dos impostos		1.273	(124)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(572)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		701	(124)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	701	(124)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	6	5
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição (aumento) de contas a receber de clientes	48	(48)
Aumento em partes relacionadas	288	1.301
Aumento em impostos a recuperar	(308)	(97)
Diminuição (aumento) em outros créditos	81	(81)
Aumento em fornecedores	10	-
Aumento em outras contas a pagar	31	143
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	857	1.099
Integralização de capital	-	50
Aplicação de recursos em imobilizado	-	(30)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	-	20
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	857	1.119
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa		
No final do exercício	1.976	1.119
No início do exercício	1.119	-
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	857	1.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa	1.976	1.976	1.119	1.119
-------------------------------	-------	-------	-------	-------

Empréstimos e recebíveis

Contas a receber de clientes	-	-	48	48
Outras contas a receber	-	-	81	81

Passivos mantidos pelo custo amortizado

Fornecedores	10	10	-	-
Outras contas a pagar	174	174	143	143

Hierarquia de valor justo: A Companhia tem seus instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa classificados no Nível 1 em 31 de março de 2012, com base na hierarquia de valor justo apresentada abaixo: • Mensurações de valor justo de Nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Mensurações de valor justo de Nível 2: são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Mensurações de valor justo de Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

10. Partes relacionadas

	2012	2011
--	------	------

Passivo não circulante

Dividendos a pagar

Copersucar S.A.	(a)	142	-
-----------------	-----	-----	---

Mútuo

Copersucar S.A.	(b)	1.589	1.301
		1.731	1.301

Valor da transação no exercício

Financeiro - juros

Copersucar S.A.	(192)	-
-----------------	-------	---

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e sua controladora (Copersucar S.A.) e referem-se basicamente a: **Valores passivos** - (a) Dividendos a pagar para controladora e (b) Contratos de mútuo com a controladora com taxas de juros normais de mercado.

11. Patrimônio líquido

O capital social está representado por 50.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas em 49.995 ações para a Copersucar S.A. e 5 ações para a Copersucar Armazéns Gerais S.A.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** O saldo em 31 de março de 2012 está à disposição da Assembléia Geral dos Acionistas para destinação. **Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76.

12. Receitas líquidas

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2012	2011
--	------	------

Receita bruta fiscal de prestação de serviços

	15.611	5.085
--	--------	-------

Menos:

Impostos sobre serviços	(1.485)	(875)
Total	14.126	4.210

13. Custos das vendas

Os custos da Companhia são compostos substancialmente por operações de subcontratação de fretes.

14. Financeiras líquidas

	2012	2011
--	------	------

Receitas financeiras

Rendimentos com aplicações financeiras	76	31
Descontos obtidos	130	-
Outras receitas financeiras	8	2
	214	33

Despesas financeiras

Corretagem e tarifas	(1)	(1)
Descontos concedidos	(146)	-
Imposto sobre operações financeiras		